

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

ELDER DA SILVA SIQUEIRA

PIB: UM INDICADOR EM CRISE

CURITIBA

2014

ELDER DA SILVA SIQUEIRA

PIB: UM INDICADOR EM CRISE

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Economista no curso de graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^ª. Angela Welters

CURITIBA

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

ELDER DA SILVA SIQUEIRA

PIB: UM INDICADOR EM CRISE

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Economista no curso de Ciências Econômicas pela seguinte banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Angela Welters
Orientadora - Setor de Ciências Sociais Aplicadas
da Universidade Federal, UFPR.

Prof. Dr. Junior Garcia Ruiz
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
da Universidade Federal, UFPR

Prof^a. Dr^a. Denise Maia
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
da Universidade Federal, UFPR.

Curitiba, 25 de novembro de 2014.

Aos meus pais pelos exemplos de vida que foram e sempre serão,
incentivando minha educação formal.

AGRADECIMENTOS

Devido a este espaço não permitir relatar os agradecimentos a todos os merecedores, agradeço inicialmente a todas as pessoas que participaram direta ou indiretamente da minha vida durante esta importante fase.

Reverencio a Professora Angela Welters pela contribuição e orientação neste trabalho, pois sua dedicação foi essencial para que ele fosse desenvolvido, e por meio dela estendo meus agradecimentos a toda a comunidade da UFPR.

Aos colegas de classe, pois com eles pude aprender e debater os mais diversos assuntos, agregando conhecimento durante esta fase de minha vida acadêmica. Aos amigos que participaram indiretamente desta longa caminhada.

Agradeço aos pesquisadores, desenvolvedores, professores, jornalistas e profissionais das mais diversas áreas, que possibilitaram as pesquisas sobre o assunto proposto no trabalho e o aprofundamento do conhecimento referente ao assunto.

Gostaria de registrar meus agradecimentos aos meus pais pelo apoio dado no decorrer dos anos letivos de curso, bem como a viabilização de minha educação formal durante toda a minha vida até aqui, pois sem dúvida eles foram meu maior apoio para a realização deste sonho. Agradeço aos meus familiares e especialmente aos meus tios (Robertson de Nascimento e Simone de Sá Siqueira) que participaram diretamente, e, de certa forma, possibilitaram ou apoiaram a conclusão deste curso.

Por fim, a todos aqueles que passaram por minha vida no decorrer destes anos e também àqueles que apoiaram até a conclusão deste curso e trabalho.

“Tornou-se cada vez mais evidente que um modelo de desenvolvimento baseado apenas no desenvolvimento econômico é incompleto. Uma sociedade que deixa de assegurar as necessidades básicas, de equipar os cidadãos para que possam melhorar a sua qualidade de vida, que gera a erosão do meio ambiente, e limita as oportunidades dos seus cidadãos não é um caso de sucesso. O crescimento econômico sem progresso social resulta na falta de inclusão, descontentamento, e instabilidade social. Um modelo mais amplo e mais inclusivo de desenvolvimento requer novas medições com as quais os que gerem as políticas e os cidadãos possam avaliar a performance nacional. Temos de ir além de simplesmente medir o Produto Interno Bruto per capita, e tornar a medição social e ambiental parte integrante de como medimos os resultados”. (LADISLAU DOUWBOR, 2014:11)

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto o estudo do agregado PIB e detalha seu surgimento, histórico e abrangência na atualidade, bem como a análise de suas limitações enquanto indicador. Este trabalho evidenciou as críticas ao PIB com intuito muito mais de provocar reflexões do que meramente revelar suas fragilidades. A comparação entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, e a necessidade de consideração de novos conceitos como desenvolvimento humano e sustentável, felicidade e bem-estar mediante o detalhamento dos indicadores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), Índice de GINI e IPS (Índice de Progresso Social) fizeram parte do trajeto para mostrar a crise do referido indicador. Conclui-se que o cálculo do PIB ocorre de maneira equivocada (quando utilizado para mensuração de crescimento econômico), e que as críticas possuem fundamentos uma vez que estas em maioria, acontecem devido ao fato deste omitir itens os quais deveriam ser considerados, ou então considerar itens desnecessários (por exemplo, poluição e reconstrução). Por outro lado, quando utilizado para mensuração do desenvolvimento econômico também não é eficiente uma vez que não considera a desigualdade na distribuição de renda, avaliando a distribuição média (per capita) e deixando de lado aspectos que revelam de fato a qualidade de vida não apenas a riqueza total.

Palavras chave: PIB, Crescimento econômico, Desenvolvimento, Felicidade e Bem-estar.

ABSTRACT

This work has as its object the aggregate GDP of the study and details his rise, historical and scope at present, as well as analysis of its limitations as an indicator. This work showed the criticism of the GDP with the intention of causing more reflections than merely reveal their weaknesses. The comparison between economic growth and economic development, and the need for consideration of new concepts such as human and sustainable development, happiness and well-being through the detailed indicators of the HDI (Human Development Index), Gini index and IPS (Progress Index social) were part of the path to show in this indicator crisis. It is concluded that the calculation of GDP is mistakenly (when used to measure economic growth), and that criticism have grounds as these in most, happen, because this omit items which should be considered, or consider unnecessary items (eg pollution and reconstruction). On the other hand, when used to estimate the economic development is not efficient since it does not consider the inequality in income distribution, evaluating the average distribution (per capita) and leaving aside aspects that reveal in fact the quality of life not only the total wealth.

Tags: GDP, economic growth, development, Happiness and Well-being.

LISTA DE SIGLAS

CONAPO	<i>Consejo Nacional de Población</i>
FNB	Felicidade Nacional Bruta
FIB	Felicidade Interna Bruta
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE	Instituto Brasileiro de Economia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPS	Indicadores de Progresso Social
IRI	Índice de Riqueza Inclusiva
NBER	<i>National Bureau of Economic Research</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Paridade do Poder de Compra
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNDP	<i>United Nation Development Program</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PIB: ORIGENS E CARACTERÍSTICAS	14
3 DESENVOLVIMENTO HUMANO, ECONOMICO E SUSTENTÁVEL	21
3.1 CRESCIMENTO ECONOMICO X DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	21
3.2 DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	22
3.3 EM BUSCA DE NOVOS INDICADORES	26
4 DO CRESCIMENTO ECONOMICO AO BEM-ESTAR E FELICIDADE	29
4.1 CRÍTICAS AO PIB – PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS	32
4.2 A RELAÇÃO COM OUTROS INDICADORES (IDH, GINI, IRI e IPS)	37
4.3 BEM-ESTAR E FELICIDADE	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

A partir do surgimento do capitalismo, ocorreu a necessidade de desenvolver formas e técnicas de classificação e mensuração do capital dos países. Neste sentido:

Os economistas em todas as épocas, sempre se preocuparam em elaborar, por meio de classificações adequadas, sistemas de informações quantitativas, por intermédio dos quais os muitos e variados detalhes que formam a vida econômica pudessem amoldar-se a esquemas simplificados de interpretação. (ROSSETTI, 1995:17)

Segundo Rossetti (1995:17), a Contabilidade Social é uma forma especial de estatística econômica, cuja matéria é a classificação e a mensuração sistemática de todas as transações que compõem a vida econômica de uma nação. A partir deste conceito e da necessidade de medir a produção mundial e nacional é que, com o passar do tempo, conceitos foram criados para analisar a produção dos países e permitir a mensuração desta.

Conforme Rossetti (1995:36), a experiência brasileira no campo da Contabilidade Social originou-se de trabalhos de Roberto Simonsen, por meio de um ensaio conhecido como Aspectos da Política Econômica Nacional, no ano de 1935, porém, em 1947 é que ocorreram grandes avanços no que diz respeito a mensuração do valor global da produção nacional, por meio da criação da Fundação Getúlio Vargas, e anos mais tarde, criou-se o conceito do Produto Interno Bruto, o PIB. Sachs e Larrain (2000:23) definem o PIB como o valor total da produção atual de produtos e serviços finais obtida em território nacional em um determinado período de tempo (normalmente trimestral ou anual).

O PIB foi criado para medir o crescimento econômico de um país, porém, no decorrer de sua história este indicador vem sendo usado equivocadamente como medidor de desenvolvimento econômico. Diante disto, é comum encontrar estudos que relatam a criação de vários outros indicadores para suprir as faltas que resultam do PIB uma vez que ele não foi criado para tal fim. Ocorre que, no dia a dia, a essência do indicador acaba se perdendo e comum são as críticas criadas citando a ineficiência do mesmo; porém, a maior parte delas surgiram sem a reflexão de que o indicador não foi criado para tal fim. Para contribuir ainda mais com estas críticas,

novos conceitos passaram a adquirir suas respectivas importâncias, tais como o desenvolvimento humano, econômico e sustentável, felicidade e política do bem-estar. Por conta disto, o PIB sofre críticas de outras naturezas, por exemplo, aquelas que afirmam que ele é um indicador ultrapassado devido a não considerar fatores importantíssimos para a atual humanidade, fatores estes que são diretamente relacionados a qualidade de vida das pessoas, ou então aquelas que dizem respeito à sua insuficiência enquanto indicador, que conseqüentemente resultaram em dúvidas com relação aos fatores que ele pode medir. Em conjunto, o surgimento dos conceitos relatados, resultaram na necessidade de repensar sobre a forma de considerá-lo. Diante disto, pergunta-se: O PIB é o mais indicado para medir os índices de crescimento e desenvolvimento de um país uma vez que em muitos casos é para tal finalidade que ele é considerado?

Com o equívoco do uso do PIB, medidor de crescimento econômico enquanto componente do indicador de desenvolvimento, e devido à evolução das políticas internacionais mediante o desenrolar dos estudos diários e conseqüente surgimento dos conceitos de “felicidade”, “bem-estar”, “desenvolvimento sustentável”, ocorre a busca por novos indicadores e/ou aperfeiçoamento constante dos já conhecidos, como o PIB. O desafio da evolução se faz presente, e por este motivo o ser humano busca constantemente contornar, principalmente, a complexidade da avaliação do desenvolvimento dos diversos países de todo o mundo. Diante da consideração e avaliação dos conceitos contemporâneos supracitados entende-se que é necessário reavaliar e refletir sobre uma possível reconsideração do principal indicador de crescimento econômico dos países, o produto interno bruto, que segundo alguns estudos, está ultrapassado e não reflete a realidade mundial atual.

Este trabalho consiste em abordar uma discussão referente à utilização do indicador de crescimento econômico mais popular do mundo (PIB), quanto à sua utilização parcial como indicador de desenvolvimento ao relacionar-se com fatores como grau de desenvolvimento econômico, humano e sustentável, felicidade e bem-estar, buscando apontar fatos que evidenciam a necessidade de criação e utilização de outros indicadores.

Diante do acima exposto, no capítulo 2 do presente trabalho pretende-se contextualizar o indicador “Produto Interno Bruto – PIB”, detalhar historicamente o surgimento deste, e conceituar o desenvolvimento econômico, humano e

sustentável. No capítulo 3, citar características passadas e atuais, e as críticas sofridas pelo indicador mediante possíveis limitações e discussões contemporâneas enquanto componente do indicador de desenvolvimento, além de comentar a relação deste com o indicador IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), tidos como importantes no que diz respeito a análise de desenvolvimento humano. Em seguida, no capítulo 4, apresentar as críticas e os demais pontos pertinentes na forma de considerar o PIB. Por fim, no capítulo 5, pretende-se analisar as críticas criadas ao PIB e detalhar seus fundamentos.

2 PIB: ORIGENS E CARACTERÍSTICAS

Para poder discutir prós e contras do Produto Interno Bruto (PIB) é essencial resgatar seus primórdios, e definir a partir de quais conceitos surgiu este indicador, quais os fatores facilitadores e os órgãos competentes durante parte de sua história. Neste sentido, é importante ressaltar que com o passar dos anos, buscou-se a mensuração dos valores econômicos e sociais dos países e uma forma de compará-los. Portanto, tal necessidade de mensuração foi o fator que influenciou na criação da Contabilidade Social e conseqüentemente um indicador que medisse a riqueza dos países, crescimento econômico, desenvolvimento econômico, humano e sustentável, bem-estar e felicidade. Pode-se entender a Contabilidade Social sob diversos conceitos. Segundo Rossetti (1995:2):

A Contabilidade Social refere-se a uma forma especial de estatística econômica, cuja matéria é a classificação e a mensuração sistemática de todas as transações que compõe a vida econômica de uma nação. Todavia, desde as primeiras tentativas empreendidas neste sentido até as sistematizações mais recentes, operou-se uma lenta evolução conceitual e metodológica. A Contabilidade Social é definida como uma técnica, similar às dos sistemas convencionais de contabilidade, que se propõe a apresentar uma síntese de informações, cifradas em unidades monetárias, sobre vários tipos de transações econômicas que se verificaram, em determinado período de tempo, entre os diversos setores e agentes do sistema econômico de um país. (ROSSETTI, 1995:2)

Paulani e Braga (2001) afirmam que, em contabilidade, assim como na matemática, organizam-se coisas, decisões, empresas, administrações públicas e privadas, a partir de um ponto de vista inicial e de hipóteses escolhidas entre diferentes alternativas.

Portanto, mediante os conceitos anteriormente expostos, pode-se perceber a importância da ferramenta “contabilidade” no que diz respeito a mensuração de riqueza dos países uma vez que, para chegar a um fim ou um ponto comum, é importante organizar as informações e criar ferramentas que permitam medir as unidades. Por este motivo é que iniciou-se a história de desenvolvimento da metodologia analítica por meio da contabilidade. Segundo Rossetti (1995:21), o sistema de contas nacionais surgiu no pós 2ª guerra sob a chancela da ONU, a qual foi dividida em três fases: a primeira fase trata-se dos primórdios até o início do século XX, a segunda da fase de transição entre a primeira e a terceira fase, e a terceira das maiores evoluções obtidas sobre o assunto.

Além da Contabilidade Social, podemos relacionar a Macroeconomia como um estudo de comportamento agregado de uma economia, dos mais importantes para a mensuração da riqueza dos países. Segundo Paulani e Braga (2001:3):

Macroeconomia é um estudo do comportamento agregado de uma economia. Enquanto a vida econômica de uma nação depende de milhões de ações isoladas, realizadas por empresas, consumidores, trabalhadores e funcionários do governo, o foco da Macroeconomia é a análise das consequências globais dessas ações individuais. A abordagem básica da Macroeconomia, portanto, consiste em observar as tendências gerais da economia, em vez de examinar as tendências que afetam isoladamente empresas, trabalhadores ou regiões. (PAULANI e BRAGA, 2001:3)

A história da macroeconomia caminha paralelamente à da Contabilidade Social, ou seja, a organização das ideias e a criação de ferramentas específicas, possibilitaram a evolução da mensuração da economia e a criação de alguns indicadores facilitadores. Diante disto, entende-se a importância de detalhar cada uma das fases da Contabilidade Social e conseqüentemente o avanço da Macroeconomia, com o objetivo de ilustrar o histórico e o contexto de cada época até os dias de hoje.

Segundo Rossetti (1995:24), as primeiras tentativas de cálculo agregativo ocorreram na Inglaterra por William Petty e Gregory King em 1665 pelo *Anual Income and Expense of the People*, e em 1696 no *Natural and Political Observations and Conclusions upon the State and Condition of England*. Segundo ele, alguns conceitos, bem como a caracterização do inter-relacionamento entre a produção, a renda e o dispêndio nacionais, seriam objeto, já a partir das contribuições da economia clássica nos séculos XVIII e XIX.

Em 1758 François Quesnay com *Tableau Economique*, iria constituir-se em uma das mais significativas contribuições do século XVIII à compreensão dos fluxos em que se fundamentam as atividades econômicas das nações, e destaca *Entwicklung der Gesetze der Menschlichen* em 1854, *Das Kapital* em 1867 e *Elements d'économie Politique Pure* em 1903, como críticas à interpretação clássica dos componentes da renda nacional e dos elementos que para cálculo da produção global de Smith e Ricardo. Segundo ele, Alfred Marshall reestabeleceu no ocidente os principais conceitos de interesse para a subsequente sistematização da Contabilidade Social em *Economic of Industry* em 1879 e *Principles of Economics* em 1890. (ROSSETTI, 1995: 26)

Segundo Sachs, o *National Bureau of Economic Research* (NBER), uma instituição de pesquisa privada dos Estados Unidos, realizou um trabalho seminal de coleta e análise de dados na década de 1920. Esse esforço foi liderado por Simon Kusnetz que mais tarde recebeu o Prêmio Nobel de Economia por sua contribuição

fundamental à área e ao estudo do crescimento econômico moderno. (SACHS, 2000:11)

O trecho histórico detalhado até então trata-se portanto da primeira fase da Contabilidade Social, que foi uma fase duradoura que envolveu a contribuição de diversos autores como Quesnay, Marshal, Kusnetz e outros, porém apesar de ter avançado alguns séculos, foi uma fase que absorveu poucos avanços se comparada com a terceira fase, mas isto não quer dizer que tenha sido menos importante.

Posteriormente à década de 30 do século XX, iniciou-se a segunda fase, que perdurou até meados do pós 2ª guerra. As características da época, especialmente para fins bélicos, tendo o mundo passado por duas grandes guerras recentes, estimulavam os países a preocuparem-se com a mensuração do potencial destes e de suas estruturas, e conseqüentemente resultavam no aprofundamento e desenvolvimento da Contabilidade Social.

No contexto da Macroeconomia:

Na década de 1930, usando conceitos desenvolvidos por Kusnetz e outros, os Estados Unidos tinham uma série consistente de dados sobre as contas nacionais, usados para estudar as tendências macroeconômicas. Nas décadas seguintes, as contas nacionais foram sistematizadas por outros economistas, entre eles Richard Stone, outro premiado com o Nobel. As principais ideias de Keynes sobre flutuações econômicas estão na obra *Teoria geral do Emprego, Juros e Moeda*, publicada em 1936, obra que contribuiu significativamente. (SACHS, 2000:5)

Sachs (2000:5) relaciona a Macroeconomia com a Contabilidade Social afirmando que o moderno campo da Macroeconomia surgiu na década de 1930, quando estatísticos econômicos começaram a coletar e a publicar o grande conjunto de dados estatísticos usados para descrever o comportamento econômico agregado.

Segundo Rossetti (1995:31), Keynes, em seu texto *The General Theory of Employment, Interest and Money* em 1936, considerou a produção, renda e dispêndio (privados e públicos) para avançar. A partir daí ele afirma que as construções de Sistemas de Contabilidades Sociais só seriam efetivadas durante e após a Segunda Grande Guerra.

Conforme trechos relatados por Rossetti e Sachs, fica evidente a importância da teoria criada por Keynes no ano de 1936, fato que possibilitou grandes avanços e vastas discussões em relação aos temas Macroeconomia e

Contabilidade Social. Posteriormente, outro destaque foi o norueguês Frisch focou o processo de produção de circulação, de consumo e de acumulação em 1942.

Não há um padrão único de contas para todos os países, com uma estrutura absolutamente idêntica àquela derivada da metodologia de referência. Entretanto, alguma homogeneidade é necessária para que se torne possível a realização de comparações entre os vários países. (PAULANI e BRAGA, 2001:98)

É importante perceber que as contribuições de Keynes e Frisch, além de diversos outros, permitiram o final da segunda fase e início da terceira fase histórica das Contas Nacionais. Tais ocorrências são perceptíveis até os dias de hoje quando analisa-se o quanto as teorias de Keynes contribuíram para o desenvolvimento das Contas Nacionais. Até o período de guerra a evolução existia, porém de uma forma mais lenta. A partir destas duas teorias, várias outras surgiram com o intuito de colaborar com o desenvolvimento. Não é à toa que Keynes é tido por muitos como um dos maiores economistas, e sem dúvida, foi alguém que contribuiu positivamente em diversos aspectos para o desenvolvimento da economia atual. A partir deste momento nota-se uma evolução drástica que resultou na terceira fase do desenvolvimento das Contas Nacionais.

Além disto, neste momento é importante mencionar o modelo de Stone que se tornaria um dos mais importantes modelos de desenvolvimento das Contas Nacionais, uma vez que foi difundido e utilizado como base para diversos países no período posterior, o qual será comentado na fase seguinte.

O pós guerra marca a terceira e última fase da Contabilidade Social, e esta pode ser reconhecida inicialmente, segundo Rossetti (1995:34), pelo desenvolvimento conceitual da Contabilidade Social, marcado pelo aperfeiçoamento e padronização internacional dos Sistemas de Contas Nacionais desenvolvidos no período imediatamente anterior. Segundo ele, o sistema de Stone exerceu importante papel, ao se transformar no modelo básico dos padrões que viriam a ser propostos e difundidos por organizações internacionais. Passado o período de guerra entendeu-se que era de extrema importância que existisse a padronização das Contas Nacionais para facilitar os aspectos comparativos e organizacionais.

Em 1952 Richard Stone publicou *A Standardised System of National Accounts*, uma obra que ficou marcada pelos fortes avanços criados na época. E no mesmo ano as Nações Unidas, com o objetivo de padronizar a metodologia das

Contas Nacionais, publicou o *United Nations System of National Accounts and Supporting Tables*, segundo Rossetti (1995:35).

E desde então, segundo Paulani e Braga (2001:98), a Organização das Nações Unidas (ONU) tem canalizado esforços para padronizar o sistema de contas nacionais dos vários países, tomando como base o sistema preconizado por Richard Stone.

Segundo Paulani e Braga (2001:100), o Brasil dispôs pela primeira vez de um balanço geral de atividade econômica do país, com base no SNA 1952.

No Brasil em 1986, o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) passa a se responsabilizar pelo cálculo e elaboração das contas nacionais, e em 1986 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é quem passa a ser o responsável. Em 1993, surge uma nova proposta do *System Of National Accounts* recomendando um novo formato que apresenta substantivas alterações em relação ao anterior, proposta que permeia até 1996. (PAULANI e BRAGA, 2001:100).

Em meados da terceira fase da Contabilidade Social, mediante a evolução das técnicas e formas de mensurar a riqueza dos países, surgiram alguns conceitos: Contas Consolidadas para a Nação, Contas de Produção de Bens e Serviços e Contas de Apropriação e Uso da Renda e Contas Financeiras, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) surge a partir do primeiro destes conceitos, fazendo parte, portanto, das Contas Consolidadas para a Nação.

A medida individual de produção mais importante numa economia é o produto interno bruto (PIB), uma estatística que visa medir o valor total de bens e serviços gerados dentro dos limites geográficos de uma economia, em um determinado período de tempo. O cálculo do PIB, ou seja, a soma do valor de mercado de todos os milhões de tipos de produtos e serviços de uma economia, de uma maneira apropriada, obviamente não é uma tarefa fácil. Estatísticos econômicos também procuram distinguir PIB real, que tenta medir o volume físico do produto. Se o preço de todos os bens duplica, mas a produção física continua igual, então o valor do PIB nominal dobrou e o PIB real permaneceu inalterado (porque o volume físico de produção não foi afetado pela alteração de preços). (SACHS, 2000:5)

Sachs define o PIB como o valor total da produção atual de produtos e serviços finais obtida em território nacional, em um determinado período de tempo, normalmente um trimestre ou um ano. Segundo ele, o valor do PIB representa a produção atual de bens finais, de acordo com o preço de mercado, e “produção atual” significa que não levamos em conta a revenda dos itens produzidos no período anterior (a venda de uma casa existente não contribui para o PIB, porque é

uma transferência de ativos, e não uma forma de produção atual.). (SACHS, 2000:21)

O PIB pode ser medido de três formas diferentes, ele é a soma de todas as compras finais da economia, é a soma do valor adicionado de todas as empresas da economia e é a soma de todas as rendas dos fatores de produção (trabalho e capital) da economia. Cada uma dessas descrições do PIB sugere uma forma diferente de medi-lo na prática, que deve resultar no mesmo PIB total para uma economia. (Contudo, ocorrem pequenas diferenças nas três medidas em decorrência de erros de dados). (SACHS, 2000:24)

Segundo Paulani e Braga (2001:102), a conta do produto interno bruto corresponde à conta de produção. Já Sachs (2000:22) afirma que na ausência de um indicador melhor de valor, a solução é usar o custo de produção desses serviços. Entretanto, outros bens e serviços não são incorporados ao PIB porque não passam pelo mercado, e não existem informações claras sobre seu custo. São exemplos, os trabalhos domésticos e a produção em hortas para consumo direto da família.

Um conceito fortemente relacionado com o PIB é o Produto Nacional Bruto (PNB), valor total da renda que os residentes domésticos recebem em um determinado período de tempo. Em uma economia fechada – onde não há fluxos de comércio e capital com o exterior – o PIB e o PNB são iguais. Em todas as economias reais, contudo, as duas medidas são diferentes, nem que seja em um pequeno valor em algumas economias, porque na prática sempre haverá alguma parte de produção interna cuja propriedade é de estrangeiros e alguma produção no exterior que é renda de residentes domésticos. Em todas as economias, os donos de alguns fatores de produção são estrangeiros. Portanto, parte da renda recebida pela mão-de-obra e pelo capital da economia na realidade pertence a estrangeiros. (SACHS, 2000:27)

Portanto fica evidente a comparação entre o PIB e o PNB e suas diferenças. A apresentação destes dois conceitos comparativamente é importante para evidenciar as limitações de cada um deles e a forma de considerá-los. Segundo Sachs (2000:27), o PIB mede a renda dos fatores de produção dentro das fronteiras nacionais, não importa quem obtenha a renda, já o PNB mede a renda dos residentes da economia, não importa se a renda é obtida na produção doméstica ou na produção estrangeira.

A apresentação do conceito do PNB é importante principalmente porque ele é o padrão mais usado para medir o desenvolvimento econômico de uma nação.

Segundo Sachs (2000:30), pressupõe-se que as nações cujo PNB per capita é grande (as nações ricas) têm maior nível de bem-estar econômico do que as de

menor PNB per capita. A medida do PNB per capita na realidade dá muitas informações sobre a saúde econômica das nações. As nações com maior renda per capita também têm, em geral, alto nível de consumo pessoal, educação e expectativa de vida.

Entende-se que as propostas de padronização das Nações Unidas e com a assistência prestada pelos seus peritos aos países-membros, praticamente se universalizou a metodologia básica do cálculo econômico agregativo. Verifica-se que só na fase do pós guerra é que foram definidos os conceitos e as normas práticas atuais utilizadas na mensuração das transações econômicas nacionais.

As informações fornecidas pela Contabilidade Social atendem mais especificamente a finalidades relacionadas com o estudo da estrutura econômica nacional, de seu estágio de desenvolvimento e de sua evolução, com o objetivo de definir as políticas econômicas globais.

Por fim deve-se destacar que com o passar dos anos, a consideração de fatores como o aprofundamento das teorias econômicas e o estudo de desenvolvimento de um país, passara a contestar o PIB no que diz respeito à sua suficiência enquanto indicador, e conseqüentemente acarretou em dúvidas com relação aos fatores que ele pode medir. Em conjunto com isto, o surgimento de novos conceitos como o do desenvolvimento sustentável e o da política do bem-estar, acarretou a necessidade de repensar sobre a forma de considerá-lo. Diante da consideração e avaliação dos conceitos contemporâneos anteriormente citados, entende-se que é necessário reavaliar e refletir sobre uma possível reconsideração do principal indicador de crescimento econômico dos países, o produto interno bruto, que segundo alguns estudos, está ultrapassado e não reflete a realidade mundial atual. Com a ideia de ilustrar tais afirmações e suas respectivas limitações, serão abordados no próximo capítulo, os conceitos de desenvolvimento econômico, humano e sustentável, buscando detalhar cada um destes para que no capítulo subsequente possa ser realizada uma análise das limitações deste indicador.

3 DESENVOLVIMENTO HUMANO, ECONOMICO E SUSTENTÁVEL

Com o intuito de entender as críticas realizadas ao PIB no que diz respeito ao poder de mensuração deste enquanto indicador, é importante definir e detalhar as diferenças entre dois conceitos: desenvolvimento econômico e crescimento econômico. Diante do exposto, este capítulo trata de uma maneira geral de ambos os conceitos.

3.1 CRESCIMENTO ECONOMICO X DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

É importante destacar que o PIB foi criado para medir o crescimento econômico e não o desenvolvimento econômico. Por outro lado, podemos destacar a criação do Índice de Desenvolvimento Humano para ajudar a medir este segundo conceito. Outro indicador importante a ser mencionado é o Índice de GINI, que é utilizado para medir a distribuição de renda nos países, indicador tal qual também será explorado neste capítulo.

Segundo Gadrey (2006:15), o principal indicador utilizado pelas sociedades desenvolvidas para avaliar o progresso como um todo ou expressar sua inquietude em relação ao futuro é aquele que determina o crescimento econômico, isto é, que mede as variações do produto interno bruto ou as variantes desse conceito, eixo em torno do qual gira a contabilidade nacional. Ele afirma que a fragilidade da crítica tem diversas origens, sendo que a principal delas reside no fato de que, mesmo sendo verdade que o crescimento não determina tudo, ele parece bastante capaz de melhorar certas dimensões da vida cotidiana, do emprego, etc.

Segundo Paulani e Braga (2001:228), o “crescimento econômico” diz respeito à elevação do produto agregado do país e pode ser avaliado a partir das contas nacionais, porém, “desenvolvimento” é um conceito bem mais amplo, que leva em conta a elevação da qualidade de vida da sociedade e a redução das diferenças econômicas e sociais entre seus membros.

No conceito de desenvolvimento pode-se perceber o surgimento da preocupação com o bem-estar. Ele engloba alguns pontos, como o financeiro, o humano (mediante a políticas de bem-estar), e o desenvolvimento sustentável (que

é aquele que envolve a natureza). Segundo Gadrey (2006), definir em que consiste a riqueza de um país tornou-se uma tarefa que exige o exame de vários aspectos econômicos, ambientais e sociais. Ele afirma que índices elevados do produto interno bruto (PIB) não são garantia de desenvolvimento sustentável, pois não levam em consideração desigualdades sociais e agressões ao meio ambiente que comprometem o desenvolvimento sustentável, seja pela não formação de mão-de-obra qualificada, seja pelo esgotamento de recursos naturais empregados na produção de bens. E é daí que surgem boa parte das críticas ao PIB as quais serão discutidas adiante no capítulo 4. Segundo Gadrey:

A contabilidade social, é notoriamente deficiente. A humanidade parece fixada num único grande objetivo, o aumento do produto interno bruto (PIB). Se o PIB está aumentando, isso significa que o governo atual é bom, que as empresas estarão empregando e, com isso, mais salários permitirão comprar os novos produtos, enfim, é a felicidade, o que muitos têm chamado de progresso. O problema é que não basta avançar, é preciso saber para onde. Não basta dizer que “estamos produzindo mais”, é preciso olhar o que estamos produzindo, para quem e como, ou seja, com que impactos sociais. (GADREY, 2006:1)

Com relação aos conceitos de desenvolvimento econômico e crescimento econômico, ressalta-se que o primeiro é bem mais complexo uma vez que considera diversos fatores, como a distribuição de renda, por exemplo. Por outro lado, o conceito de crescimento econômico é monetizado, porém, também enfrenta certas dificuldades para ser mensurado.

3.2 DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Em 2006, no livro “Os Novos indicadores de Riqueza”, Jean Gadrey alertava a importância da forma de produção chamando atenção ao desenvolvimento sustentável com o intuito de considerar paralelamente alguns fatores, como o bem-estar das pessoas, a não agressão ao meio ambiente e as questões econômicas. Ele afirmava que a maior parte dos casos, tratava-se de indicadores “socioeconômicos” que levavam em consideração ao mesmo tempo critérios econômicos, humanos e sociais e ambientais.

A ideia é que apesar da importância do crescimento econômico medido pelo PIB, é bastante relevante que esse aconteça simultaneamente à preservação do meio ambiente uma vez que este último poderia ser um dos fatores limitadores do

crescimento (devido às características finitas). Segundo Cechin (2010: 13), do ponto de vista material, a economia transforma bens naturais valiosos em rejeitos que não poder ser mais utilizados. Por outro lado, a produção de bens pode acarretar externalidades negativas, categoria que é contabilizada parcialmente, porém de forma errada, e disto decorre um outro problema que será discutido no capítulo 4), porém é fato que alguns métodos para a mensuração destas externalidades estão sendo implantados em alguns países e tendem a acontecer mais frequentemente nos próximos anos.

Existe certa preocupação com a poluição provocada por automóveis, além de uma série de questões relacionadas às agressões de produtos químicos ao meio ambiente (ar, água, solo etc), fato que poderia comprometer inclusive as gerações futuras. Gadrey (2006:10) afirma que os problemas ambientais alcançam um nível elevado de aquecimento global, desmatamento, erosão dos solos, extermínio da vida marítima, esgotamento de recursos energéticos etc. Ele informa que o Banco Mundial, a partir de 2003, passou a apresentar o cálculo da extração de petróleo, de madeira e de outros bens naturais como descapitalização, e não mais como aumento do PIB, fato que de certa forma visa mensurar propriamente os índices de crescimento. Segundo Cechin (2010:13), a natureza é a única limitante do processo econômico.

Enquanto as nações industrializadas barganham, por meio de acordos internacionais, metas pífias de redução das emissões, continuam a acreditar não haver nenhuma incompatibilidade entre crescimento econômico e conservação dos recursos e serviços da natureza. O crescimento, contudo, é, de um lado, limitado pela finitude de matérias-primas e energia e, de outro, pela capacidade restrita do planeta de processar os resíduos. (CECHIN, 2010:14)

O problema relacionado ao uso dos recursos naturais ocorre há muito tempo. Segundo Feijó, Valente e Carvalho (2012:48), os recursos naturais exerceram um papel central na análise econômica nos primórdios da formação da ciência econômica, em diversos momentos da história.

Ficou evidente nas teses fisiocráticas, da segunda metade do século XVIII, sobre origem agrária do excedente, no alerta da escola clássica quanto ao possível comprometimento da expansão capitalista como decorrência da escassez de recursos naturais, percebido pelo desequilíbrio entre o crescimento populacional e a oferta de alimentos, segundo Thomas Malthus, e pela redução da produtividade do trabalho agrícola – por escassez de terras férteis – e conseqüente queda do lucro, de David Ricardo, no início do século XIX. (FEIJO, VALENTE e CARVALHO, 2012:48)

Segundo Feijó, Valente e Carvalho (2012:48), a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, enfatizou a importância do tripé “ambiental, social e econômico”. Eles afirmam que mesmo com o número cada vez maior de estudos sobre o assunto, não existe consenso a respeito do tratamento a ser dado ao uso dos recursos naturais e à degradação ambiental e como incorporá-los nas contas nacionais, porém, existe certo esforço sendo despendido neste sentido.

Segundo Gandhi apud Duarte (2012), existem recursos suficientes neste planeta para atender às necessidades de todos, mas não o bastante para satisfazer o desejo de posse de cada um.

Cechin (2010: 14) alerta para possíveis dificuldades que a humanidade poderá enfrentar em um futuro breve. Ele diz que a humanidade voltará a explorar de maneira bem mais direta a energia solar, mas não terá como evitar a dissipação dos materiais usados pelas atividades industriais, o que exigirá a superação do próprio crescimento material. Por isso, em algum momento terá que diminuir seu produto econômico, ou seja, encolher a economia. A partir daí, o desenvolvimento humano dependerá da retração econômica, ou decréscimo do produto, e não de seu crescimento.

Cechin, em seu livro “A natureza como limite da economia”, faz uma análise sob vários aspectos e opinião de economistas. Segundo Smith *apud* Cechin (2010:29), a riqueza, ou valor econômico, é criada pelo trabalho, ou seja, pela transformação de recursos da natureza em coisas que as pessoas querem. Portanto, o segredo da criação de riqueza é a melhora na produtividade do trabalho. Para aumentar a produtividade do trabalho, é necessário que haja uma divisão deste que permita a especialização em tarefas cada vez mais específicas. A ênfase dos fisiocratas na agricultura foi transferida para o setor manufatureiro. Smith não achava que o crescimento pudesse seguir indefinidamente, pois a oferta fixa de terra imporia em algum momento um limite ao crescimento da população. Por outro lado, Ricardo e Malthus *apud* Cechin (2010:29) dizem que o limite de crescimento estaria na oferta de terras de boa qualidade, e, portanto, nos retornos decrescentes de escala. A partir daí, o crescimento da população implicaria queda no padrão de vida, que por sua vez implicaria a estabilização da população. Assim, ambos viam como tendência de longo prazo uma economia em estado estacionário, com uma população constante e vivendo num nível de subsistência. Já para, Marx *apud*

Cechin (2010:29), a tecnologia resolverá o problema dos limites naturais uma vez que toda a escassez desaparecerá no futuro, pois a humanidade terá capacidade tecnológica de superá-la e atender a todas as necessidades humanas. Sua ênfase estava na autotransformação do sistema através dos conflitos internos à ele, não levando muito em consideração os choques externos e a interação com a natureza.

A fonte da riqueza deixaria de ser associada ao comércio e à acumulação de matérias preciosas. A origem da riqueza estaria na agricultura. As dádivas da natureza permitiam a obtenção de um excedente superior ao esforço empregado na produção. (CECHIN, 2010:28)

Segundo Solow *apud* Cechin, os fatores de capital e trabalho podem ser substituídos um pelo outro no processo. Avanços tecnológicos proporcionam uma maior produtividade do capital, aumentando a taxa de crescimento econômico e a renda per capita, além de mudar a estrutura da economia de acordo com o novo uso dos fatores. (CECHIN, 2010:38).

Já Paulani e Braga (2001:80) afirmam que boa parte das agressões ao meio ambiente decorrem das atividades de produção e consumo, processo esse que vai ganhando intensidade com a expansão da industrialização e com a crescente urbanização do modo de vida. Ela afirma ainda que, o processo de diversificação de produtos gerados pela indústria introduz em nosso cotidiano a necessidade de uma série de bens que antes não demandavam, porque eles não existiam. E conclui dizendo esses produtos são produzidos por escalas cada vez maiores, e desta forma a demanda cresceu exponencialmente, impondo um caráter predatório a algumas atividades mediante o estoque finito dos recursos naturais exauríveis.

Paulani e Braga (2001:83) dizem que apesar da dificuldade em se considerar a sustentabilidade do meio ambiente no sistema de contas nacionais, existem já algumas propostas para se contornar o problema de valoração das externalidades negativas geradas por determinados processos produtivos. Segundo os autores, uma das formas é buscar mensurar as despesas necessárias para se evitar a degradação, restaurar as perdas ou compensar as gerações futuras pelos problemas ambientais. Neste sentido, passou-se a perceber de maneira mais profunda, a importância que a natureza tem, que em momento anterior foi ignorada pelos economistas e outros, uma vez que o foco adotado pelo PIB é crescimento e não de desenvolvimento, ou seja, passou-se a considerar aspectos relacionados ao meio ambiente para que estes não comprometam o futuro do próprio crescimento.

Diante disto, segundo Cechin (2010:41), a economia não é uma totalidade, mas, sim, um subsistema de um sistema maior, geralmente chamado de meio ambiente. Os seres vivos dependem de um fluxo metabólico. Os biólogos, ao estudarem os sistemas circulatórios dos organismos, não esqueceram o que entra e o que sai. Contudo, os economistas, ao focarem no fluxo circular monetário, ignoraram o fluxo metabólico real.

3.3 EM BUSCA DE NOVOS INDICADORES

Com o passar dos anos durante a história, a alteração dos processos, o surgimento de novos conceitos como os de desenvolvimento humano, econômico e sustentável, e posteriormente outros como felicidade, bem-estar e sustentabilidade, ocorreu a evolução no que diz respeito ao cálculo do PIB. Segundo Gadrey (2006:10), se quiser orientar a economia, canalizando racionalmente os esforços produtivos para resultados de interesse de todos, deve-se construir instrumentos de avaliação desses resultados. Portanto, é importante ressaltar que nos últimos anos ocorreu o desenvolvimento de alguns indicadores que medem o crescimento econômico, porém cabe ressaltar que, para resultar em qualidade de vida, estes devem basear-se no crescimento, mas considerar principalmente a felicidade e o bem-estar das pessoas de uma forma geral (*life satisfacion* - satisfação com a vida, *happiness* - felicidade ou *subjective well-being* - bem-estar subjetivo).

Percebe-se que o conceito de desenvolvimento envolve, portanto, não somente o monetário mas, a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas. Segundo Cechin (2010: 13), o objetivo é a felicidade humana, o fluxo imaterial de bem-estar gerado pelo processo. No entanto, nada garante que as gerações futuras poderão ter acesso aos recursos e aos serviços da natureza de modo semelhante ao que tiveram as precedentes. Nesse sentido, complementando a ideia central, Paulani e Braga (2001:228) dizem que se a intenção é mensurar o desempenho, é necessário confrontar o tamanho do produto com o da população, ou seja, a variável realmente importante não é o produto agregado, mas o produto per capita. Segundo eles é necessário avaliar de que forma a renda gerada no país (ou pertencente ao país) é distribuída pela população, pois se a geração de renda for substancial, mas sua divisão for muito desigual, a qualidade de vida da população em geral certamente

não será boa. Com isto, ao invés de somar o valor das atividades econômicas, verifica-se a qualidade de vida das pessoas. Segundo Gadrey (2006, 11), o bem-estar social passa a ser o objetivo, e a economia volta a ser o meio.

Em certos aspectos, estamos hoje, do ponto de vista da necessidade de novas ferramentas estatísticas, numa situação política e intelectual que lembra a que tivemos na França, e no mundo desenvolvido após a crise dos anos de 1930 e a Segunda Guerra Mundial. É bem verdade que a crise social e a crise ambiental no mundo de hoje são de natureza distinta da que resulta de um conflito internacional, e o que está em jogo atualmente não pode ser definido num plano essencialmente nacional (a “reconstrução”), pois tem alcance mundial. Contudo, a situação dos países do Sul, a situação de desigualdade e exclusão em muitos países do Norte e a situação do meio ambiente mundial são dramáticas e potencialmente explosivas. (GADREY, 2006:19)

Com relação à mensuração do crescimento econômico, entende-se que apesar de aparentemente ser uma questão técnica, é conceitual. Diz-se isto pois desde o surgimento das contas nacionais, existem divergências entre a forma de considerar alguns conceitos. Neste sentido, podemos medir o nível de complexidade do assunto uma vez que cada país busca seus conceitos independentes de outros, para o cálculo do próprio PIB. Ainda que muitos destes busquem aproximação demasiada da forma de calcular seu PIB, conceitos divergentes acabam dificultando um pouco. Por outro lado, com relação ao desenvolvimento econômico, Paulani e Braga (2001:229) alertam, sobre a necessidade de avaliar até que ponto a renda produzida pelo país é revertida em benefícios para a população sob a forma de melhores níveis de educação, saúde e saneamento. Dentre esses indicadores os relativos à distribuição da renda e às condições da população no que diz respeito a educação e saúde.

Uma das formas de se avaliar o desenvolvimento é acompanhar a evolução de alguns indicadores relativos a saúde e educação, porque seu comportamento fornece uma boa aproximação do que está ocorrendo com a qualidade de vida da população. Algumas instituições internacionais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas vêm divulgando sistematicamente dados, como os de expectativa de vida, mortalidade infantil, condições sanitárias, nível de qualidade da educação do país. Estatísticas, além de permitir avaliar a qualidade de vida de um país, possibilita comparações entre os países, o que nos proporciona uma ideia mais precisa do que vem a ser um país desenvolvido. (PAULANI e BRAGA, 2001:236)

Gadrey (2006:11) afirma que é importante evoluir para uma contabilidade que explicita o resultado em termos de qualidade de vida, de progresso social real, do que Celso Furtado já chamava de “rentabilidade social”.

Quando passamos a aliviar de maneira sistêmica os resultados para a sociedade no seu conjunto, podemos ter uma visão inteligente do progresso real obtido. A construção de sistemas mais realistas de avaliação do nosso progresso econômico e social vem corrigir uma deficiência estrutural da ciência econômica. (GADREY, 2006:13)

A discussão em torno das limitações dos indicadores é interminável uma vez que, a cada ano, novos conceitos vão surgindo e substituindo os antigos, Além disto, como citado anteriormente, em muitos casos os indicadores acabam não sendo usados para os fins para os quais foram criados, resultando em certa dificuldade. Diante das dificuldades acima expostas, o próximo capítulo trata mais a fundo, das críticas relacionadas ao indicador PIB e de suas possíveis limitações, das quais, algumas foram relacionadas no presente capítulo, além dos indicadores criados como uma forma de evolução da forma de mensurar o desenvolvimento humano, sustentável e econômico.

4 DO CRESCIMENTO ECONOMICO AO BEM-ESTAR E FELICIDADE

Ao detalhar as diferenças entre crescimento e desenvolvimento, ressaltando a ideia da sustentabilidade e bem-estar social por um lado e o poderio econômico por outro, inicia-se uma discussão que vem ocorrendo já há algum tempo sobre a utilização do PIB, porém sob o olhar do desenvolvimento. Ocorre que este indicador foi criado para medir o crescimento econômico e ainda é utilizado por muitos como indicador de desenvolvimento. Neste contexto, surgiram diversas críticas à utilização do PIB as quais serão discutidas no presente capítulo.

Inicialmente serão apresentadas críticas ao PIB, detalhando o surgimento recente dos indicadores de desenvolvimento mais populares, apontando pontos positivos e negativos a respeito do assunto. Em seguida serão abordadas discussões contemporâneas, além de comentar a relação deste com o indicador IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e outros tidos como importantes no que diz respeito a análise de desenvolvimento (econômico, humano e sustentável). Por fim, pretende-se incluir os conceitos de política de bem-estar social e felicidade nas discussões e analisá-las com o intuito de abordar a discussão de forma complexa.

Segundo Feijó, Valente e Carvalho (2012:44), existem três indicadores importantes no que diz respeito a análise econômica de curto prazo de um país: taxa de crescimento, taxa de desemprego e taxa de variação dos preços.

O PIB é o indicador mais utilizado para medir o crescimento econômico e também é um indicador da capacidade em gerar postos de trabalho, as quais são acompanhadas pelo indicador de desemprego, ao passo que a evolução dos preços é medido pela taxa da inflação. Conforme Feijó, Valente e Carvalho (2012), o PIB como indicador da evolução da produção de bens e serviços, nos dá uma ideia do ritmo em que o país produz riqueza, é um indicador que aponta a capacidade da economia em gerar postos de trabalho e permite mensurar a evolução do poder de compra da população mediante a taxa de inflação.

Entretanto, apesar da importância e da popularidade conquistada pelo PIB como indicador da riqueza de um país, e da intensidade do seu uso como referência para comparações internacionais e tomada de medidas de política econômica no mundo inteiro, já há algum tempo o PIB vem sendo objeto de críticas por parte importante de acadêmicos, políticos e formadores de opinião de uma maneira geral. (FEIJO, VALENTE e CARVALHO, 2012:44)

Segundo Feijó, Valente e Carvalho (2012:44), os conceitos de mensuração percorreram um trajeto e ao longo do tempo a ideia de riqueza e o conceito de desenvolvimento foram se modificando, desde a concepção mercantilista de riqueza como acúmulo de metais preciosos, à ideia fisiocrática de que apenas a agricultura produzia riqueza, até a concepção mais moderna traduzida no conceito de PIB. Eles afirmam que inicialmente, o conceito de desenvolvimento era associado ao crescimento econômico, e por este motivo ocorreu a criação dos sistemas de contas nacionais e conseqüentemente a relação com o PIB. Com o passar do tempo, ocorreu a ideia de que crescimento econômico não necessariamente significava progresso social, e neste sentido, surgiu o conceito de desenvolvimento econômico e social, dando destaque ao IDH enquanto parte do sistema de indicadores sociais. Posteriormente a este momento, as questões ambientais passaram a ser consideradas, por meio do conceito de desenvolvimento sustentável.

Hoje há consenso de que o progresso deve ser ao mesmo tempo econômico, social e sustentável e, como consequência desta abordagem mais holística, alguns termos passaram a aparecer com mais frequência nas discussões atuais, como o conceito de bem-estar. E, a noção de felicidade passou também a ser mencionada com frequência. Daí os esforços no sentido da elaboração de indicadores de desenvolvimento sustentável, de bem-estar e de felicidade. (FEIJO, VALENTE e CARVALHO, 2012:44),

Como é possível perceber, a evolução de mensuração de riqueza e crescimento econômico foi dividida em três fases: a primeira fase levava em consideração principalmente o indicador PIB. As fases seguintes traziam a ideia de que crescimento econômico não significava progresso social, e a partir daí surgiu o conceito de desenvolvimento econômico e social, destacando neste momento o surgimento do IDH e outros indicadores. Posteriormente a questão ecológica ganhou destaque, portanto surgiram os conceitos de desenvolvimento sustentável e ambiental. Hoje em dia, além dos principais conceitos já citados, deve-se destacar a mensuração do conceito de felicidade e bem-estar. Cabe ressaltar que já há alguns anos, diversos profissionais buscam o desenvolvimento de métodos de mensuração da felicidade e do bem-estar. Ocorre que existem dificuldades para mensurar o intangível, e este é um dos motivos pelos quais o PIB continua a ser utilizado para medir desenvolvimento econômico mesmo após a constatação de que ele não é a melhor alternativa, porém seu cálculo é mais plausível no que diz respeito a forma de mensurá-lo uma vez que outros indicadores como o IPS e o FIB (os quais serão

comentados detalhadamente neste capítulo) possuem aspectos de difícil mensuração devido à dificuldade de quantificar a felicidade, por exemplo.

O PIB é composto de duas partes. A primeira é o valor comercial de todos os bens e serviços vendidos no país durante um ano (o mais correto seria dizer “valor comercial agregado”. Depois, acrescenta-se a esse valor comercial uma segunda parte, que é o custo de produção dos serviços não-comerciais das administrações públicas: o ensino público, os serviços oferecidos por governos municipais, estaduais e federal, etc. A criação de riqueza econômica assim mensurada, vale dizer, o PIB, é portanto, note-se, um fluxo de riqueza puramente comercial e monetário. Já o crescimento é a progressão do PIB, isto é, o aumento de volume de toda a produção de bens e serviços vendidos, ou que têm um custo monetário, produzidos por trabalho remunerado. (GADREY, 2006:31)

Neste momento, cabe ressaltar que são notórias as dificuldades que surgem a partir da mensuração e quantificação dos problemas ambientais para composição do PIB.

Se as atividades (poluição, esgotamento dos recursos naturais, crimes, acidentes de trânsito, etc.) conduzem a uma diminuição do bem-estar, que, para ser compensada, requer a produção de bens e serviços reparadores ou defensivos de valor x , não há dúvida que x deve ser considerado positivamente na mensuração da “real” criação de riqueza líquida. E como o PIB contabiliza positivamente a produção reparadora x , o que é aceitável numa lógica puramente econômica, é preciso suprimir x do PIB, para melhor apreender a “real” criação de “riqueza”, a que contribui para o bem-estar. (GADREY, 2006:37)

Segundo Gadrey (2010:39), o PIB não contabiliza as perdas do patrimônio natural, mas contabiliza positivamente sua destruição organizada. Nesse sentido, investimentos como a instalação de equipamentos antipoluentes, despesas como as decorrentes dos processos de controle e limpeza ambiental ou mesmo determinados gastos com saúde deveriam ser destacados no cálculo do produto da economia e deduzidos de seu valor final.

O PIB mede apenas volumes de *outputs* (volume de bens, quantidade de serviços consumidos), e não esses *outcomes*. por exemplo, a contribuição dos serviços da saúde para o crescimento é mensurado (no melhor dos casos) pelo volume de consultas, de internações nos hospitais, de tratamentos, e não pela contribuição desses serviços para a melhoria da saúde e das condições de vida. (GADREY, 2006:41)

Segundo Gadrey (2010:32), existem exemplos de países ou regiões que alcançaram elevadas taxas de crescimento do produto, mas que experimentaram simultaneamente, grandes perdas em termos de qualidade do meio ambiente. Estes indicam a premência de se estimar essas perdas e de incorporá-las, não só ao cômputo do produto e da renda, mas também às teorias e modelos de crescimento

produzidos pela ciência econômica, demonstrando, com isso, a necessidade de a sociedade encontrar alternativas para a continuidade do crescimento econômico sem o comprometimento do meio ambiente.

Tudo o que se pode vender e que tem um valor monetário agregado aumentará o PIB e o crescimento, o que não significa necessariamente aumento do bem-estar individual e coletivo; Numerosas atividades e recursos que contribuem para o bem-estar não são contabilizadas, simplesmente porque não são comerciais ou porque não têm custo monetário direto de produção. O PIB mede apenas *outputs*, isto é, quantidades produzidas. Indiferente aos *outcomes* (os resultados em termos de satisfação e de bem-estar pelo consumo desses bens), que são mais importantes para avaliar o progresso, essa medida indica o “muito-produzir” de uma sociedade e não do seu bem-estar. (GADREY, 2006:32)

Ou seja, a forma de considerar alguns ativos, distorcem em partes os valores reais deste indicador. Portanto é importante inicialmente detalhar suas limitações e as principais críticas sofridas por ele.

4.1 CRÍTICAS AO PIB – PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

Inicialmente é importante perceber os aspectos que envolvem o indicador PIB e os fatores que fazem dele um indicador especial. É inegável que no mundo capitalista, aspectos econômicos sejam o epicentro. Diante disto, fica clara a importância dada a este indicador, uma vez que com ele é possível mensurar e comparar as riquezas dos países sob uma unidade comum.

Segundo Feijó, Valente e Carvalho (2012:45), o conceito de PIB parte da teoria macroeconômica de inspiração keynesiana, que suscitou a construção dos sistemas atuais de contabilidade nacional.

Hendersen (2014:1) afirma que as críticas ao emprego do produto interno bruto (PIB) como indicador das contas nacionais estão imergindo. Segundo ele, essas críticas generalizadas foram resumidas por Robert F. Kennedy em um discurso pronunciado em 1968. Até mesmo o criador do PIB, Simon Kuznetz, questionou seu uso como indicador geral do bem-estar ao dizer que "o bem-estar de uma nação apenas pode ser definido a partir de uma medida da renda nacional". Como mencionado no capítulo 2, as críticas relacionadas às falhas do PIB surgiram em 1992 no Rio de Janeiro, na ONU, e posteriormente na conferência do Parlamento Europeu em 2007, quando foi abordado o assunto e o então presidente

da União Europeia, José Manuel Barroso, debateu sobre o tema "Mais além do PIB" na presença de quase 700 parlamentares.

Segundo Partha (2012:1) a desigualdade de renda continua elevada e aumentando em muitos países. Ele afirma que as estratégias econômicas e políticas de curto prazo incentivam o consumismo e o endividamento, que combinados com o crescimento da população, sujeita o ambiente a pressões cada vez maiores.

Em 2030, destaca a comissão, "o mundo precisará de pelo menos 50% a mais de alimentos, 45% a mais de energia e 30% a mais de água - tudo isso em um momento em que os limites ambientais estarão ameaçando a oferta". Apesar dos avanços significativos nos últimos 25 anos, a humanidade fracassou em conservar recursos, proteger ecossistemas e em assegurar sua própria viabilidade de longo prazo. (PARTHA, 2012:1)

Singer (2014:1) afirma que o PIB é o grande objeto de desejo das forças que governam as nações em que se divide a humanidade, pois ele é a somatória das transações – compras e vendas – realizadas em todos os mercados de um país durante o ano. Como a grande maioria dos bens e serviços produzidos se destina à venda, o valor de todas as transações corresponde ao total de mercadorias produzidas, que passa a ser propriedade dos compradores que os consomem quando se trata de serviços e bens perecíveis ou os usam quando se trata de bens duráveis.

O PIB mede a riqueza produzida durante o ano, que ao ser consumida ou usada, passa a ser a causa eficiente do bem-estar da população. Ele não incorpora o desgaste de recursos naturais ocasionado pelo processo produtivo, simplesmente porque ninguém precisa pagá-lo, pelo menos de imediato. Evidentemente, se a terra sujeita a sucessivos plantios e colheitas perde a fecundidade, alguém vai ter que pagar mais pelos seus frutos no futuro, o mesmo valendo por efeito do esgotamento das jazidas de petróleo e de outros minerais e da extinção de espécies de peixes e camarões e de outras prendas da natureza, que aparentemente nada custam durante os anos em que o PIB é produzido. (SINGER, 2014:1)

Por outro lado, entende-se que atualmente os custos referentes aos desgastes de recursos naturais já estão sendo incorporados, ou seja, com a evolução do conceito de desenvolvimento buscou-se a mensuração destes.

Segundo Feijó, Valente e Carvalho (2012:45), a primeira coisa a ser exigida de um conceito é que ele seja preciso em sua definição. É o caso do PIB: mede o valor total de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um território econômico do país durante determinado período.

Hendersen (2014:1) comentou que a revista *The Economist* interveio no debate com o artigo "Um quadro extremamente distorcido", no qual crítica a extensa atenção dada ao crescimento do PIB. Segundo ele, o artigo afirmava que uma melhor medição dos índices de crescimento do PIB seria comparar o produto per capita, um sinal de progresso muito mais tangível do que considerar o aumento da população.

O Produto Interno Bruto (PIB) está no primeiro plano da mídia e, hoje, serve de referência quase universal para a maioria das análises. Milhares de líderes de opinião e pessoas que ocupam a função de tomar decisões, no campo econômico, político ou científico, são, permanentemente, guiadas em suas decisões pelo PIB, que serve de bússola para seus atos. A fórmula clássica para expressar o PIB de uma região é a seguinte: $Y = C + I + G + X - M$. Onde: Y é o PIB, C é o consumo, I é o total de investimentos realizados, G representa gastos governamentais, X é o volume de exportações e M é o volume de importações. (HENDERSON, 2014:2)

Segundo Hendersen (2014:2) o cálculo do PIB, apesar de ser um "indicador de progresso", não faz distinções entre o que é produtivo ou destrutivo, ou entre despesas que elevem ou rebaixem a condição humana. Ele afirma que nem sequer são computados o trabalho doméstico e voluntariado, que não são remunerados, por não envolverem transações monetárias, e também não inclui depreciações de recursos naturais.

Segundo Dowbor (2014:1), a divulgação da pesquisa sobre Indicadores de Progresso Social 2014 (IPS), vem agregar peso à transformação de como calcular os resultados econômicos e o desenvolvimento. É que a cifra que tanto encanta a mídia, o PIB, simplesmente não mede o que quer medir, que é o progresso, ou em todo caso o reflete de maneira muito parcial. Ele afirma que o apelo mundial para ir além do PIB, lançado neste sentido há alguns anos por Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi, dos quais os autores do IPS se declaram devedores, está dando frutos.

Tornou-se cada vez mais evidente que um modelo de desenvolvimento baseado apenas no desenvolvimento econômico é incompleto. Uma sociedade que deixa de assegurar as necessidades básicas, de equipar os cidadãos para que possam melhorar a sua qualidade de vida, que gera a erosão do meio ambiente, e limita as oportunidades dos seus cidadãos não é um caso de sucesso. O crescimento econômico sem progresso social resulta na falta de inclusão, descontentamento, e instabilidade social. Temos de ir além de simplesmente medir o Produto Interno Bruto per capita, e tornar a medição social e ambiental parte integrante de como medimos os resultados. (DAWBOR, 2014:11)

Segundo Feijó, Valente e Carvalho (2012:46), as críticas dirigidas ao PIB, em geral convergem para os seguintes argumentos:

- Há um conjunto de atividades tais como o trabalho doméstico, o trabalho voluntário etc., que não são consideradas no cálculo do PIB;
- O PIB não leva em conta a destruição de riqueza (especialmente ambiental), necessária à produção de riqueza (bens e serviços mercantis);
- O PIB contabiliza transações que diminuem ou refletem queda do bem-estar da sociedade. Ele contabiliza positivamente a produção de cigarros e os gastos hospitalares com pacientes com câncer de pulmão. Também considera um terremoto como positivo, pois seu impacto é maior no patrimônio (ativos) de um país, uma vez que considera os gastos na reconstrução da infraestrutura;
- O PIB não contabiliza a produção ilegal, oculta que faz parte da economia informal. Desta forma, para medir parte do mercado informal, faz-se uma estimativa do montante do contrabando com base no confronto de estatísticas de produção, exportação, importação e consumo interno.

Por outro lado, Feijó, Valente e Carvalho (2012:46) defendem que o PIB é derivado de um sistema de contabilidade aplicado para organizar informações econômicas de forma a se apreender sobre o funcionamento de uma economia monetária do ponto de vista agregado, permitindo organizar a produção de outras estatísticas econômicas.

No que diz respeito à crítica relacionada a produção informal ou ilegal, Paulani (2001:76) diz que a dificuldade é operacional porque, na medida em que tais empresas não existem oficialmente, há receio em prestar informações, dificultando sua identificação e localização. Como exemplos é possível citar: contrabando, prostituição e tráfico de drogas; Porém, estes não causam problema pois está convencionado que, dado que são nocivas à sociedade, eles não devem ter seu valor incorporado ao valor do produto agregado ou ao PIB. Este ponto é um pouco complexo uma vez que envolve diferenças conceituais. Como exemplo, uma pesquisa realizada pelo IBGE divulgada em 1999, constatou que a economia informal ocupa 25% da população economicamente ativa (PEA) do país e movimenta 8% do PIB. Por outro lado, Paulani (2001:78), afirma que Maria Helena Zockun pesquisou em 1996 e constatou que cerca de 40% do faturamento das empresas não foi oferecido tributação. Segundo ela, a divergência bastante significativa entre os resultados das duas pesquisas mostra não só a dificuldade existente para apurar o tamanho da economia informal, mas, tais diferenças

conceituais que persistem na própria definição do que venha a ser economia informal.

Já Duarte (2013:1) afirma que o PIB mede tudo, menos aquilo que faz a vida valer a pena. Segundo ele, este indicador pode nos dizer tudo sobre a América, exceto o motivo pelo qual temos orgulho de ser americanos. A pretensa economia do bem-estar é, na realidade, uma economia do “muito possuir”, ou seja, ao longo do tempo confundiram conceitos, dando-se a entender que o bem-estar social seria decorrente de produzir mais e possuir mais.

Na sociedade de mercado, aquilo que não tem preço não tem realmente valor, e daí a mensuração de riqueza via PIB. A ditadura do PIB é ilegítima em todos os planos: moral, filosófico e até mesmo econômico. A verdadeira riqueza do homem deve considerar aspectos ecológicos, éticos, políticos e antropológicos. (DUARTE, 2013: 2)

Oliveira (2013:5) chama atenção para os seguintes pontos relacionados ao PIB:

- O PIB não considera os custos ambientais da poluição ou a depleção dos recursos naturais (capital natural e serviços ecossistêmicos). Logo, não há nenhum exagero em dizer que o PIB é ecologicamente analfabeto.
- Os investimentos em capital fixo bruto são mensurados, mas a depreciação dos estoques de capital não é considerada na conta macroeconômica.
- O nascimento de cada criança é considerado negativo, porque reduz a renda per capita, enquanto um novo bezerro representa um aumento no produto nacional.
- O PIB não considera 80% das mulheres do mundo que trabalham em suas casas. Quando o patrão paga a doméstica ou diarista, pelos serviços de passar roupas, cozinhar, lavar e, enfim, manter em ordem o ambiente doméstico faz o PIB aumentar, pois movimentam a economia com mais consumo. (OLIVEIRA, 2013:5)

Ressalta-se, portanto, a importância de medir o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico mediante a consideração de outros indicadores devido às limitações impostas pelo PIB em ambos os casos. Diante deste contexto, como já detalhado, muitas são as críticas recebidas por este indicador, dentre as quais, podemos destacar o fato dele considerar, entre outros, atividades produtivas relacionadas ao combate da poluição e gestão de resíduos que são produtos negativos das atividades humanas de produção e consumo, além de todo tipo de

atividade de reconstrução, produção de armas, cigarros, etc., e não destacar outras que aumentam o bem-estar. Disto surgem as primeiras consistentes críticas a respeito do assunto, e a partir destas é que passa-se a viver uma segunda fase de mensuração do desenvolvimento que é uma ideia mais avançada de mensuração/cálculo de bem-estar, e conseqüentemente, destacam-se o surgimento de indicadores como o IDH, índice de GINI e outros.

4.2 A RELAÇÃO COM OUTROS INDICADORES (IDH, GINI, IRI e IPS)

Diante do anteriormente exposto, percebe-se a real necessidade de desenvolvimento de novos indicadores que possibilitem a mensuração de fatores mais específicos, como a distribuição de renda, desenvolvimento humano, econômico e sustentável, além de outros, porém, apesar da necessidade de criação de novos indicadores, é importante salientar que o desenvolvimento de um indicador bem como sua implantação não é tão simples. Para entender isto, basta refletir sobre a dificuldade de chegar a um senso comum, além de refletir a respeito das dificuldades encontradas quando da inserção do modelo. A partir desta reflexão, e das críticas ocorridas ao PIB conforme relatadas anteriormente, algumas ações aconteceram nos últimos anos e foram lideradas por pessoas importantes.

A lista de novos indicadores e das situações que os levaram, é imensa e composta pela contribuição dos mais variados países, porém, neste texto serão abordados apenas parte dos casos mais populares e marcantes já implantados, e outros em discussão ou em fase de implantação. Neste sentido, a análise inicia-se pelo indicador de desenvolvimento mais popular do mundo, o IDH.

Com o intuito de contribuir positivamente para a mensuração do índice de desenvolvimento, um passo importante foi dado em 1990 pela Organização das Nações Unidas por meio do desenvolvimento de um índice misto publicado no Programada das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que considera a renda per capita de um país mas a pondera com alguns indicadores sociais. Segundo Gadrey (2006:11), a revolução metodológica iniciou com o índice de desenvolvimento humano, que visa medir a qualidade de vida inclusive, através da utilização do PIB como referência, mas com a complementação, dentre vários fatores, com a estimativa da esperança de vida e do nível educacional. Em se tratar

de indicadores de crescimento e desenvolvimento, é impossível deixar de mencionar o IDH. Segundo Feijo, Valente e Carvalho (2012:47), a constatação de que o crescimento econômico não resultada em desenvolvimento social, levou os estatísticos a refletirem sobre o desenvolvimento de um conjunto de indicadores sociais que complementassem o PIB. Ele ganhou destaque e transformou-se no principal indicador de desenvolvimento econômico e social, sendo razoavelmente utilizado em comparações internacionais.

Criado por Mahbub Ul Haq, com a colaboração de Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de economia de 1998, o IDH combina indicadores de expectativa de vida, rendimento e educação, não incorporando aspectos colaterais do desenvolvimento, como aqueles relacionados ao meio ambiente. Publicado pela primeira vez em 1990, o índice foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975 e sua publicação internacional é de responsabilidade do Programa das nações unidas para o desenvolvimento (PNUD). (FEIJO, VALENTE E CARVALHO, 2012:47)

Segundo Paulani e Braga (2001: 241), o IDH varia entre 0 e 1 e é utilizado para classificar os países quanto ao grau de desenvolvimento (menor ou igual a 0,5 – países com baixo desenvolvimento humano, entre 0,5 e 0,8 – países com médio desenvolvimento humano, e maior do que 0,8 – países com alto desenvolvimento humano). Para tal, sua metodologia de cálculo, três variáveis:

- 1) Um indicador de renda, que é a renda per capita, ajustada para refletir a paridade do poder de compra (PPP) entre os países (portanto, renda avaliada em US\$ PPP);
- 2) Um indicador das condições de saúde, que é a expectativa de vida (índice de longevidade);
- 3) Um indicador das condições de educação, que é uma média ponderada de outros dois indicadores, a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior.

Quanto ao ranking do IDH, o Brasil encontra-se na 79ª posição desde 2013, ou seja, ele figura entre as maiores quanto ao crescimento econômico, mas não quanto a desenvolvimento econômico. Apesar de o Brasil estar entre as dez maiores economias do mundo e entre as trinta maiores por renda per capita, a distribuição de renda é razoavelmente baixa e por este motivo ele não aparece entre as maiores economias do mundo. Nesse sentido, o surgimento do IDH representou um substantivo avanço. Mas ele não resolve a questão. Algumas outras variáveis de déficit também deveriam contar no cômputo do grau de desenvolvimento. Apesar de resolvida a questão material, permanece uma grande insatisfação quanto ao

desemprego, por exemplo, visto que uma parcela substantiva da população se vê excluída do processo de produção social e os jovens não percebem quaisquer perspectivas para suas vidas.

Outro fator que é de extrema importância e que deve ser considerado é a distribuição de renda, e neste sentido podemos citar um outro indicador importante, o índice de GINI. Segundo Paulani e Braga (2001:233), para medir a distribuição de renda dos países foi criado o índice de GINI. Este índice varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, pior é a distribuição de renda do país.

Sob a concepção da linha da pobreza, considerando R\$ 1,00 por dia por pessoa, constata-se que devido à má distribuição de renda do Brasil, muitas pessoas vivem de maneira miserável abaixo da linha da pobreza. Não é à toa que o Brasil disputa as últimas posições do ranking de distribuição de renda. (PAULANI e BRAGA, 2001:237)

Entretanto, destaca-se a péssima distribuição de renda no Brasil se comparado com outros países de mesmas proporções. Dentre os indicadores de qualidade de vida, a taxa da mortalidade infantil e a esperança de vida ao nascer ou expectativa de vida são dos mais expressivos.

Segundo Paulani e Braga (2001:238), tanto a expectativa de vida quanto a mortalidade infantil relacionam-se com outros fatores econômicos e sociais como a concentração de renda e o acesso da população a determinados bens e serviços. Dentre esses bens e serviços, a água potável e o tratamento sanitário relacionam-se diretamente com a saúde da população e, portanto, com a esperança de vida e a taxa de mortalidade infantil. Quanto aos indicadores de educação, pode-se considerar a taxa de analfabetismo e matrícula.

Ainda com relação aos conceitos de desenvolvimento, porém agora não humano, e sim sustentável, Hamid e Duraiappah (2014:1) afirmam que a boa notícia é que um quadro sólido, simples e eficaz para medir a sustentabilidade já existe e foi desenvolvido por um grupo de economistas destacados, incluindo o laureado com o prêmio Nobel Kenneth Arrow e Partha Dasgupta da Universidade de Cambridge. Segundo eles, são avaliados os fluxos de rendimentos de uma economia no contexto da totalidade dos seus ativos. Diante destes conceitos, ocorreu a divulgação de um relatório, por meio da Universidade das Nações Unidas e o Programa para o Meio Ambiente das Nações Unidas em 2012 no Rio de Janeiro, que analisou o Índice de Riqueza Inclusiva (IRI) de 20 países, visando medir o grau de desenvolvimento sustentável de um país, integrando aspectos sociais e

ambientais aos crescimento econômico, Nesta comparação de longo prazo entre o PIB e o IRI, o objetivo do relatório era motivar os países a adotarem uma visão de longo prazo em suas respectivas economias.

Para transformar a compreensão do desenvolvimento econômico no mundo, é necessária uma abordagem dinâmica. Os especialistas em várias áreas – incluindo economia, sociologia, psicologia e ciências naturais – devem colaborar para formular um conjunto integrado de indicadores que ofereça um panorama completo da base produtiva da humanidade, da qual depende a capacidade das pessoas para perseguirem a sua interpretação de êxito. (HAMID e DURAIAPPAH, 2014:1)

Como é possível perceber, já existe a preocupação com o desenvolvimento de indicadores que possam medir o nível de sustentabilidade, porém deve-se destacar a ideia de criar uma dinâmica entre várias áreas, como a economia, sociologia, psicologia e outras, com o intuito aprofundar a mensuração destes parâmetros para que o desenvolvimento de indicadores seja cada vez mais próximo à realidade.

Segundo Hamid e Duraiappah (2014:1), o mundo deve ajustar os seus sistemas de valores a esta realidade, pois devemos aprender a fazer mais com menos, separar o crescimento econômico do consumo de recursos e alimentar os aspectos sociais e espirituais da nossa existência.

Junior (2012:1) afirma que o novo índice não utiliza a renda e o consumo como o PIB, e a qualidade de vida como no IDH. Segundo ele, usa o conceito de riqueza (a riqueza é definida pelos três tipos de capital: manufaturado, natural e humano. O capital manufaturado é definido como sendo de infraestrutura, bens e investimentos, já o natural inclui combustíveis fósseis, minérios, florestas, pesca e terras agrícolas e o capital humano inclui educação e competências.

A fixação do mundo no crescimento econômico ignora um rápido e em grande parte esgotamento irreversível dos recursos naturais que irá prejudicar seriamente as gerações futuras, de acordo com um relatório que revelou hoje um novo indicador que visa incentivar sustentabilidade - o Índice de Riqueza Inclusiva (IRI). (JUNIOR, 2012:1)

O relatório observou as mudanças na IRI em 20 países, que juntos representavam quase três quartos do PIB mundial, de 1990 a 2008. Segundo Junior (2012:2), apesar de registrar crescimento do PIB, China, Estados Unidos, África do Sul e Brasil demonstraram-se esgotados significativamente com relação a seu capital base natural (soma de um conjunto de recursos renováveis e não-renováveis, como combustíveis fósseis, florestas e pesca). Segundo ele, somente no Japão não

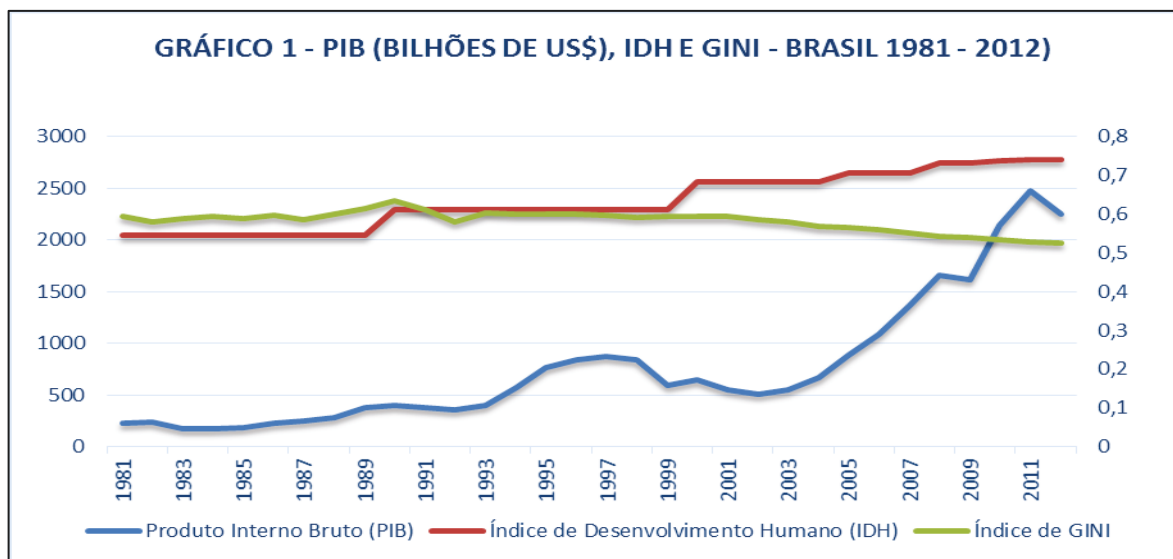
ocorreu uma queda na contabilidade da riqueza. Verificou-se que alguns países foram escolhidos com base na hipótese de que o capital natural é particularmente importante para a sua base produtiva, como no caso do petróleo no Nigéria, Arábia Saudita e Venezuela; minerais no Chile; e florestas no Brasil.

"Um aumento na riqueza total não indica necessariamente que as gerações futuras poderão consumir no mesmo nível que a actual; como a população cresce, cada forma de capital está mais disseminados sobre a sociedade ".
(PARTHA DASGUPTA APUD JUNIOR, 2012:4)

Segundo Duarte (2012:4), o resultado do IRI colocou a China como primeiro lugar, seguido por Alemanha, França. O Brasil é o 5º e no PIB o Brasil é o 6º.

É possível citar também o surgimento do Indicador de Progresso Social (IPS). Tal indicador é baseado em três grandes eixos, sendo quatro básicos indicadores por eixo e detalhados em 54 indicadores no total. Tal indicador está presente em 132 países e envolve, parâmetros como indicadores de educação e saúde. Segundo Dowbor (2012:3), o IPS diferencia-se por buscar indicadores de resultados, não de insumos. Os indicadores médios indicam uma forma de "U", sugerindo que os pobres não afetam o meio ambiente, enquanto os países em desenvolvimento tendem a deteriorá-lo, passando a buscar a sua recuperação ao alcançar níveis de renda mais elevados.

Na parte da análise dos resultados, uma das tendências mais interessantes mostra uma forte correlação entre o aumento do PIB e a melhoria na área das necessidades básicas, (no caso nutrição, água e saneamento, habitação e segurança) mas apenas para os mais pobres: "As necessidades humanas básicas melhoram rapidamente quando o PIB per capita aumenta, nos níveis baixos de renda, mas depois (a tendência) se torna mais horizontal (*flattens out*) à medida que a renda continua a aumentar".
(DOWBOR, 2012:3)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do PNUD (2013)

Ao analisar o gráfico deve-se lembrar que o IDH pode variar entre 0 e 1, e na medida em que se aproxima de 1, é melhor no que diz respeito a desenvolvimento humano. Por outro lado, o índice de GINI, também pode variar entre 0 e 1, porém na medida em que se aproxima de 0, é melhor, uma vez que este considera a distribuição de renda dos países. Por fim, é importante ressaltar que o PIB é um indicador que mede crescimento econômico, ou seja, quanto maior, melhor. Dito isto, podemos verificar no gráfico de 1981 a 2012 que com o passar dos anos o IDH aumentou, partindo de 0,54 em 1981 para 0,74 em 2012, porém segue uma tendência de estagnação ou redução da curva de crescimento, enquanto que a distribuição de renda (índice de GINI) evoluiu partindo de 0,60 em 1981 para 0,52 em 2012. Independente do comportamento dos índices de GINI e IDH, percebe-se que o PIB (no gráfico, medido em bilhões de US\$) comportou-se de maneira diferente dos demais, variando positivamente e negativamente no decorrer do tempo, ou seja, apesar da relativa queda do PIB entre os anos de 1997 e 1999, por exemplo, ocorreu a melhoria do IDH e do índice de GINI. Neste sentido fica evidente que, apesar da redução do crescimento econômico, é possível avançar com relação ao desenvolvimento humano econômico e sustentável, ou seja, não existe uma relação direta entre crescimento e desenvolvimento. Além disto, cabe ressaltar a importância da distribuição de renda com o intuito de conquistar maior qualidade de vida e felicidade.

Após detalhar conceitos de desenvolvimento econômico, humano e sustentável, é importante ressaltar que, apesar dos avanços ocorridos a partir do

surgimento de indicadores como o IDH, GINI, IRI, IPS e vários outros que encontram-se espalhados no mundo, verifica-se a necessidade de incorporar conceitos como felicidade e bem-estar. Neste sentido, o foco passa a mudar um pouco, sofrendo alterações mais profundas. Estes dois conceitos possuem relações profundas com o conceito geral de desenvolvimento, e por isto não é possível comentá-los em capítulos diferentes, portanto, a seguir serão abordados conceitos de felicidades e políticas de bem-estar.

4.3 BEM-ESTAR E FELICIDADE

Percebe-se, portanto, que com o passar dos anos ocorreu a necessidade de evoluir a forma de mensuração dos indicadores de crescimento e desenvolvimento econômico, e com isto surgiram indicadores importantes como o PIB, IDH, GINI e muitos outros. A tarefa de conceituar crescimento e desenvolvimento econômico não é tão simples quanto parece. Se no primeiro destes é importante evoluir as formas de mensuração do PIB a partir dos conceitos de bem-estar e felicidade, considerando inclusive as externalidades negativas causadas pela interferência do ser humano na natureza, por outro, no que tange o IDH e o índice de GINI, também é importante ressaltar os índices de desenvolvimento humano e distribuição de renda. Além dos indicadores detalhados, recentemente ocorreram alguns movimentos pró-desenvolvimento de novos indicadores com o intuito de criar novas formas de considerar a riqueza dos países, considerando não somente aspectos de crescimentos e desenvolvimento econômicos mas a qualidade de vida e o bem-estar.

Segundo Paulani e Braga (2001:33), não se deve esperar de um conceito mais do que ele pretende significar. O PIB não foi criado para medir o progresso, o bem-estar ou a qualidade de vida, mas tão somente para medir o crescimento econômico, através de transações que possam ser mensuradas em valores monetários. Sabe-se que o PIB e o crescimento não medem o bem-estar, pois não são feitos para isso. Mas nada impede que se proponham e se utilizem indicadores de bem-estar, além do PIB. Percebe-se, portanto, que o fato do PIB ser monetizado, facilita sua mensuração e o coloca em vantagem no que diz respeito a sua

mensuração, porém, como dito anteriormente, tal fato não minimiza suas limitações quando a medição de desenvolvimento.

Segundo Feijó, Valente e Carvalho (2012:50), recentemente, o conceito de felicidade veio estar associado à ideia de que o desenvolvimento deve englobar as dimensões econômica, social e ambiental. Eles ressaltam que o conceito de bem-estar, assim como o de felicidade, é de difícil definição. Eles questionam a ideia de como medir as ligações entre os diferentes domínios da qualidade de vida das pessoas? Como mensurar a felicidade? Como seria o índice monetário de sustentabilidade? O que deve integrar o painel de indicadores de sustentabilidade.

O destaque é dado ao relatório da Comissão para mensuração do desempenho econômico e do Progresso Social também conhecida como “Comissão Sarkozy”, idealizada pelo presidente da França, em 2008, para esclarecer principalmente as limitações do PIB como instrumento para medir os resultados econômicos e do progresso social, e elaborar instrumentos alternativos. Na oportunidade, os destaques foram dados para onze recomendações que giram em torno do consumo, renda, ótica do domicílio, distribuição de renda, enfatizar atividades não monetizadas, qualidade de vida do indivíduo sob sua ótica, saúde, educação, condições ambientais, felicidade e sustentabilidade.

Era fevereiro de 2008. O mundo financeiro acabava de se revelar numa enorme crise, cujo epicentro foi os Estados Unidos e o eixo desencadeador foi o mercado imobiliário*, quando o então presidente da França Nicholas Sarkozy pediu a três dos mais renomados economistas do mundo – Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi – para formarem uma comissão com os maiores especialistas globais. A missão era bastante ambiciosa: baseado na certeza de que a maneira como medimos nossa performance econômica (PIB) está completamente equivocada, Sarkozy queria liderar uma nova proposta de medição. (GONZALEZ, 2014:1)

Segundo Duarte (2012):

Os principais polos de desenvolvimento social repousam na saúde e educação, que são intensos em mão-de-obra, tornando contraproducente o conceito de produtividade assumido pelas contabilidades, ou seja, políticas preventivas teriam o paradoxal efeito de reduzir crescimento, pois por exemplo, ao evitarem a ida de pessoas a medicina curativa (cirurgias, medicamentos, etc), muito mais cara, estaria somando menos valor ao PIB, como ele é calculado.

Feijó, Valente e Carvalho (2012:52) afirmam que em 2011, o tema ganhou destaque especialmente em função da experiência do Butão na elaboração de um indicador de felicidade. O Butão é oficialmente o reino da felicidade. Paraíso muito

relativo, com seus 40% de analfabetos e seu nível de vida que é um dos mais baixos do planeta. É verdade que podemos ser felizes sem saber ler e vivendo com pouco.

Como fruto de diversas consultas a amostras de butaneses, os cientistas concluíram que a felicidade pode ser medida pelo grau de suficiência em nove domínios: bem-estar psíquico, saúde, uso do tempo, educação, diversidade cultural, boa governança, vitalidade comunitária, diversidade ecológica e padrões de vida. (SINGER, 2014:2)

Neste sentido, podemos citar o indicador de Felicidade Nacional Bruta (FNB). Segundo Duarte (2012), ao adotar o FNB, a sociedade passa a adotar metas parciais referentes a: redução da mortalidade infantil, elevação da escolaridade, redução do desmatamento, aumento da proporção de combustíveis limpos na matriz energética nacional, entre outros. Ele afirma que tais metas confirmariam uma nota política tributária, que daria incentivos não aos setores que podem produzir e vender mais, mas uma política articulada com os objetivos mais amplos da FNB, estimulando setores que contribuiriam para o alcance daquelas outras metas citadas.

A tarefa não é fácil tanto pela dificuldade de substituir um sistema já implantado em todo o mundo já há quase sete décadas – e não há necessidade de se abandonar o cálculo do PIB, quanto pela hercúlea tarefa de se criar um sistema unificado, objetivo, replicável em todas as nações, sejam ricas ou pobres, para o cálculo da FNB. (DUARTE, 2012:1)

Neste sentido, cabe ressaltar que para implantar um sistema unificado, é bastante complexo, uma vez que exigirá certo equilíbrio entre todos os países envolvidos (deverá ser considerado as diversidades entre cada país), de forma que este novo sistema permita a mensuração e interação entre todos eles. Ou seja, além do custo elevado que será para alterar todas as ferramentas desenvolvidas para a mensuração dos cálculos atuais do PIB, a necessidade do consenso geral será outro desafio a ser vencido.

Segundo Oliveira (2013), por meio de quatro pilares da FIB (economia, cultura, meio ambiente e governança), esse indicador faz derivar nove domínios de onde são extraídos indicadores para que a “felicidade” de uma nação seja avaliada. São eles: bem-estar psicológico, meio ambiente, saúde, educação, cultura, padrão de vida, uso do tempo, vitalidade comunitária e boa governança.

No caso brasileiro o assunto “felicidade” foi objeto de discussão no XXIII Fórum nacional, realizado no rio de janeiro, em 2011. Além disso, há uma proposta

de emenda Constitucional de autoria do senador Cristóvão Buarque, de forma a incluir o assunto na constituição brasileira (PAC da Felicidade). Feijó, Valente e Carvalho (2012:54), na última pesquisa Gallup, o Brasil apareceu em 12º lugar no ranking de felicidade no mundo, empatado com o Panamá e ligeiramente acima dos EUA, que é o 13º colocado. Nos primeiros lugares estão Dinamarca, Finlândia e Noruega. O primeiro país Latino-Americano na lista é a Costa Rica na 6ª posição.

Baseado no conceito de felicidade, estudos foram realizados para buscar entender melhor o que este envolve, uma vez que felicidade é um conceito intuitivo que provoca distorções por estar ligados a aspectos pessoais. O estudo de Easterlin apud Feijó, Valente e Carvalho (2012:53) constatou que:

Se há um aumento de renda, isso tem impacto sobre a felicidade. Essa questão nos leva ao chamado “paradoxo de Easterlin” que constatou que dentro de um mesmo país, aumentos de renda estão associados a maiores níveis de felicidade subjetiva. No entanto, o mesmo não ocorre se compararmos os PIB per capita de diferentes países, em especial quando o país deixa de ser pobre. – comparação entre países - a correlação é fraca e haveria indicações de que existiria um “teto” para felicidade, a partir do qual aumentos de renda não fariam mais efeito (EASTERLIN, 1974:1).

Neste sentido, fica evidente que, na medida em que o país enriquece, o nível de felicidade adquirido por meio de valores extras de renda acaba sendo menor. Tal fato acontece porque, como comentado por Easterlin, existe um teto para a relação de felicidade e renda. Diante da constatação do estudo de Easterlin, como mensurar corretamente o subjetivo, o intangível? A dificuldade para responder este questionamento é um dos fatores que explicam a manutenção do PIB como principal indicador até os dias de hoje. Além do conceito de felicidade, será abordado em seguida um outro conceito tido como importante na atualidade, o “Bem-estar”, porém não distante do primeiro, compadece da dificuldade de definição do real significado da palavra.

Partha (2012:1) afirma que apesar dos êxitos atingidos na criação de uma economia mundial mais integrada e estável, um novo informe da Comissão de alto nível sobre Sustentabilidade Global da Secretária-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) - "*Resilient People, Resilient Planet: A Future Worth Choosing*" (Pessoas Resilientes, Planeta resiliente: um futuro que vale a pena escolher) - admite a incapacidade da atual ordem mundial em promover as mudanças necessárias para a verdadeira "sustentabilidade". Segundo ele, nossas vidas estão sendo mensuradas erroneamente ao utilizar o PIB per capita como referencial, e

necessitamos de indicadores que apontem se estamos consumindo a base produtiva que sustenta o bem-estar.

No contexto do bem-estar, Gonzalez (2014:1) oito dimensões foram consideradas pelos especialistas que trabalharam sobre o novo conceito de bem-estar: padrão de vida, saúde, educação, atividades pessoais incluindo o trabalho, autonomia política e governança, conexões sociais e relacionamentos, meio ambiente (condições atuais e futuras), insegurança econômica e física. Por outro lado, existe a dificuldade de mensuração que, segundo economistas, não é tão simples quanto parece. Eles baseiam-se no fato de não existir preço para a saúde e a educação, além de outros, como fatores que dificultam consideravelmente a mensuração dos valores do bem-estar.

Segundo Rodriguez (2014:1), o resultado da análise do bem-estar depende do objetivo específico que procura, pois segundo ele, nenhuma medida é capaz de responder todas as perguntas relacionadas ao assunto. Mankiw *apud* Rodriguez afirma o contrário, ou seja, que o PIB é uma boa medida de bem-estar, pois segundo ele, o número de horas trabalhadas está vinculado ao nível de bem-estar indiretamente representado pelo dinheiro.

Con el fin considerar el desgaste que debido al proceso de producción sufre el medio ambiente, en nuestro país se estima un PIB ajustado ambientalmente y se publica de manera anual en el Sistema de Cuentas Económicas y Económicas de México.(RODRIGUEZ, 2014:3)

Rodriguez (2014:3) afirma que existe uma relação do processo de produção com o meio ambiente, fato que também está ligado a política do bem-estar, porém ressalta a dificuldade de mensuração dos valores do meio ambiente inclusive. Ele também cita a importância de fatores como expectativa de vida, nível de escolaridade renda per capita, e os relaciona com a política de bem-estar.

Imaginemos que dos economías son iguales, sólo que en una de ellas la esperanza de vida al nacer es de 80 años y en la otra es de 90. Resulta claro que la mejor economía será aquella con la mayor esperanza de vida. Para incorporar este bien y otros, el Consejo Nacional de Población (CONAPO) elabora un Índice de Desarrollo Humano (IDH), el cual se compone de cuatro variables y tres subíndices: uno de esperanza de vida, otro de escolaridad y uno más de ingreso per cápita en dólares ajustados por la paridad de poder de compra (PPC). (RODRIGUEZ, 2014:5)

Já Henderson (2014:2) menciona, além dos aspectos já citados anteriormente, a mensuração de capitais sociais e intelectuais dos povos. Segundo

ele, várias atividades que contribuem para o bem-estar não são contabilizadas simplesmente porque não são comerciais ou porque não têm custo monetário direto de produção.

O trabalho voluntário e o trabalho doméstico são exemplos de contribuições esquecidas, que, por serem gratuitas e não remuneradas, não fazem parte das atividades que contribuem para a riqueza nacional no âmbito do PIB. O PIB é indiferente aos resultados em termos de satisfação e de bem-estar pelo consumo desses bens, que são mais importantes para avaliar o progresso. (HENDERSON, 2014:4)

Henderson (2014:4) também afirma que a mensuração do PIB é também indiferente à partilha das riquezas contabilizadas, às desigualdades, à pobreza, à segurança econômica, que são quase unicamente consideradas dimensões do bem-estar de uma sociedade.

Bijos, Vasconcelos e Viveret (2006:1) promovem uma reflexão mais profunda do ponto de vista da ecologia. Eles analisam as implicações de uma possível inversão no nível de importância entre a economia e a ecologia, a nível mundial. Propõe que a ecologia em detrimento da economia seria desejável, apesar de não necessariamente sustentável. Em suas propostas, apontam para reflexões da humanidade para com o cuidado de sua espécie a partir do controle da ecologia.

Nesse contexto, duas ideologias econômicas estruturalmente opostas devem ser levadas em consideração, atentando-se para o fato de que fundamentaram-se sobre elementos presentes no mesmo contexto histórico (os projetos de reconstrução posteriores à Segunda Guerra Mundial): liberalismo e marxismo. Enquanto o primeiro sistema defende a primazia da infra-estrutura, o segundo defende a estabilidade da superestrutura. BIJOS, (VASCONCELOS e VIVERET, 2006:2)

Bijos, Vasconcelos e Viveret (2006:3), comentam sobre o problema persistente a quaisquer modificações de grande porte nos modelos de desenvolvimento, a falta de vontade política e libera a uma frase que, se posta em prática, pode resumir parte de todos os conceitos anteriormente citados “o desenvolvimento humano é um fim para o qual o crescimento econômico é o meio”. Segundo eles, é importante dedicar mais atenção à qualidade desse crescimento”.

Portanto, as críticas impostas ao PIB são de todas as naturezas possíveis, porém, mesmo que as vozes sejam unânimes, esbarram-se em vários outros aspectos, como os financeiros principalmente, em um mundo completamente capitalista. Ocorre que, se nada for feito, principalmente diante dos aspectos de desenvolvimento sustentável, o mundo o qual preparamos poderá estar longe dos

principais conceitos buscados (bem-estar e felicidade). São evidentes alguns avanços no decorrer dos anos (como a criação de novos indicadores e conceitos de desenvolvimento), porém, acredita-se que está longe de alcançar os níveis ideais. Portanto, além de identificar o caminho a ser percorrido, é necessário que as “barreiras” encontradas sejam ultrapassadas e não os caminhos percorridos em direções opostas, ou seja, é necessário a partir do momento em que o desenvolvimento sustentável passa a ser um importante conceito, é necessário incorporá-lo à realidade uma vez que este não poderá ser ignorado futuramente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou detalhar os principais conceitos e considerações sobre o assunto com o intuito de demonstrar as limitações do PIB, permitindo que seja possível expressar uma opinião a respeito dele, e com isto, entende-se que este, é limitado quanto à forma de medir crescimento econômico e equivocado quanto à maneira de mensurar desenvolvimento econômico.

Paulani e Braga (2001:228) afirmam que o “crescimento econômico” diz respeito à elevação do produto agregado do país e pode ser avaliado a partir das contas nacionais, porém, “desenvolvimento” é um conceito bem mais amplo, que leva em conta a elevação da qualidade de vida da sociedade e a redução das diferenças econômicas e sociais entre seus membros.

Segundo Gadrey (2006:15), a fragilidade das críticas ao PIB tem diversas origens, sendo que a principal delas reside no fato de que, mesmo sendo verdade que o PIB não determina tudo, ele parece bastante capaz de melhorar certas dimensões da vida cotidiana, do emprego, etc.

Porém, apesar de saber que existe certa relação entre o crescimento e bem-estar ou felicidade, é fato que o indicador PIB é um tanto limitado no que diz respeito à mensuração do crescimento econômico, uma vez que considera para seu cálculo algumas atividades que não deveria (atividades produtivas relacionadas ao combate à poluição e gestão de resíduos que são produtos negativos das atividades humanas de produção e consumo, além de todo tipo de atividade de reconstrução, produção de armas e cigarros) e não considera atividades as quais deveria (atividades que aumentam os níveis de felicidade e bem-estar e que estão relacionadas a estes diretamente).

Por outro lado, equivocado quando utilizado para medir desenvolvimento pois omite conceitos de extrema importância relacionados a aspectos humanos (como o conceito de felicidade e bem-estar), sustentáveis (envolvendo o meio ambiente), e econômico (como a omissão da ideia de distribuição de renda e dos índices per capita).

Para entender estes limites e equívocos, é importante conhecer fatores históricos, além de saber diferenciar conceitos como crescimento econômico e

desenvolvimento econômico, e ter conhecimento aprofundado sobre desenvolvimento humano, econômico e sustentável, além de conceitos de felicidade e bem-estar.

Após uma análise aprofundada sobre o PIB e os principais conceitos que o envolvem, além das análises de outros indicadores importante com o índice de GINI, IDH e IPS, entende-se que as críticas feitas a ele possuem fundamentos em ambos os conceitos, ou seja, na forma de calcular o crescimento econômico sem considerar alguns itens ou considerando-os de forma equivocada, como também na ideia de utilizá-lo como indicador de desenvolvimento uma vez que ele omite alguns fatores importantes. Diante disto entende-se que é importante que o “problema” continue sendo debatido com o intuito de avançar no sentido de criar soluções que amenizem os impactos negativos destes equívocos ocorridos na forma de considera-lo, incluindo ainda a necessidade de aumentar o foco em conceitos como felicidade e bem-estar, afinal, tais fatores são os de maior importância em nossas vidas, porém cabe ressaltar que as dificuldades de unificação/validação de novos indicadores (independente da natureza destas) resultam na “não alteração” deste indicador e na continuação dos “problemas levantados até o momento em sua história”.

Portanto, entende-se que o surgimento histórico das críticas ao PIB, é de suma importância para a evolução da mensuração da felicidade tão procurada e das políticas do bem-estar, bem como do desenvolvimento com sustentabilidade, mantendo o principal índice de crescimento econômico em “xeque” em uma suposta crise, com o intuito de intensificar as pressões em direção à queda deste tão importante indicador que surgiu no século XX.

REFERÊNCIAS

BIJOS, L.; VASCONCELOS, I. F.; VIVERET, P. **Reconsiderar a Riqueza**. 2006. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/article/viewFile/2599/1590>>. Acesso em: 14.11.2014

CECHIN, A. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Editora Senac, 2010

CHAID, J.; ALMEIDA A. **No ranking dos países com melhor IDH, Brasil sobe uma posição e é 79º**. 2014, Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2014/07/24/interna_brasil,438875/no-ranking-dos-paises-com-melhor-idh-brasil-sobe-uma-posicao-e-e-o-79.shtml>. Acesso em 05.12.2014

DOWBOR, L. **Indicadores de Progresso Social: medindo o que importa**, 2014. Disponível em: <<http://dowbor.org/2014/04/ladislau-dowbor-indicadores-de-progresso-social-medindo-o-que-importa-abril-2014-6p.html>>. Acesso em: 14.11.2014

DUARTE, R.; OLIVEIRA, M. E. **Revista do Conselho Federal de Economia**. São Paulo: CORECON, ano IV, n. 13, dez., 2013

FEIJÓ, C. A.; VALENTE, E.; MIBIELI, P. G. **Além do PIB: uma visão crítica sobre os avanços metodológicos na mensuração do desenvolvimento sócio econômico e o debate no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Estatística e Sociedade, 2012.

GADREY, J.; CATRICE, J. F. **Os novos indicadores de riqueza**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

GONZALEZ, A. **Economistas estudam novo método de medir riquezas para substituir o PIB**. 2014, Disponível em: <<http://dowbor.org/2014/04/ladislau-dowbor-indicadores-de-progresso-social-medindo-o-que-importa-abril-2014-6p.html>>. Acesso em: 14.11.2014

HAMID, Z. A.; DURAIAPPAH, A. **O defasamento entre o PIB e o bem-estar**. 2014, Disponível em:

<http://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/detalhe/o_desfasamento_entre_o_pib_e_o_bem_estar.html>. Acesso em: 14.11.2014

HENDERSON, H. **O PIB saiu de moda**. 2014, Disponível em: <<http://www.sunnet.com.br/home/Noticias/O-PIB-saiu-de-moda.html>>. Acesso em: 14.11.2014

JUNIOR, R. M. **Universidade da ONU e PNUMA lançam novo índice de sustentabilidade – Índice de Riqueza Inclusiva (IRI)**. 2012, Disponível em: <<http://ricardomendesjr.wordpress.com/2012/06/18/universidade-da-onu-e-pnuma-lancam-novo-indice-de-sustentabilidade-indice-de-riqueza-inclusiva-iri/>>. Acesso em 14.11.2014

Malik Klalid. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014**. New York. PNUD. 2014.

MENDES, M. **A desigualdade de renda parou de cair?** 2013, Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2013/10/16/a-desigualdade-de-renda-parou-de-cair-parte-i/>>. Acesso em 05.12.2014

PARTHA, D. **A falsa medida da riqueza**, 2012. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/470657/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em: 14.11.2014.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A nova Contabilidade Social**. São Paulo: Saraiva, 2001.

Produto interno bruto (PIB) do Brasil, 1970-2012. 2013, Disponível em: <http://pt.kushnirs.org/macroeconomia/gdp/gdp_brazil.html>. Acesso 05.12.2014

RODRIGUEZ, O. J. C. *¿Es el PIB una buena medida de bienestar?* 2014, Disponível em: <<http://lacondicionmecanica.com/el-pib-no-es-una-buena-medida-del-progreso-y-bienestar-de-una-economia/>>. Acesso em: 14.11.2014

ROSSETTI, J. P. **Contabilidade Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SACHS, J. D.; LARRAIN, B. F. **Macroeconomia: em uma economia global**. São Paulo: Makron Books, 2000.

SINGER, P. **PIB versus FIB**. 2014, Disponível em:
<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAE0DC6B1531/PIB%20versus%20FIB.pdf>>. Acesso em: 14.11.2014

The Social Progress Imperative. Washington. Disponível em:
<http://www.socialprogressimperative.org/pt/data/spi#data_table/countries/spi/dim1,dim2,dim3>. Acesso em: 23.11.2014

UNDP – *United Nation Development Program*. **Human Development Report**. 2014.